timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO X PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 105 OUTUBRO 1994

CONVERSAÇÕES DIRECTAS

O encontro de Nova Iorque entre o MNE Alatas e uma delegação da Resistência no exterior constituiu, por si só, uma vitória para o povo timorense

Quando em 6 de Outubro último, uma delegação da Resistência timorense franqueou as portas do famoso hotel *Waldorf Astoria* para se encontrar com o ministro Ali Alatas, estava a fazer-se história: pela primeira vez um governante indonésio reunia-se formalmente com dirigentes timorenses. Apesar de nada de concreto ter sido decidido, a simples realização do encontro foi uma vitória para Timor Leste e um reconhecimento da existência e importância da Resistência.

INTERIOR PRESENTE À MESA DAS DISCUSSÕES

A reunião de Nova Iorque surge na sequência das resoluções do encontro de Genebra entre os MNE de Portugal e Indonésia, sob o patrocínio da ONU, em 6 de Maio passado. No âmbito do ponto 9 da declaração conjunta, os dois ministros comprometeram-se então a terem encontros com timorenses pró e anti-integração. Foi nesse entendimento que no início de Outubro Durão Barroso se avistou com Lopes da Cruz, embaixador itinerante para a questão de Timor.

Esta reunião passou, porém, quase despercebida da imprensa, facto a que não será alheio a reduzida representatividade e peso político da delegação pró-Jacarta.

Quanto ao encontro entre a Resistência (representada por José Ramos-Horta, do CNRM, José Luís Guterres, da FRETILIN e João Carrascalão, da UDT) e Ali Alatas, tratou-se formalmente não de uma sessão negocial mas de uma "*troca de impressões*" oficial, estando os representantes timorenses na qualidade individual.

Nem por isso deixou de ficar claro que a participação dos timorenses tinha o conhecimento prévio e o aval por parte do interior, nomeadamente de Xanana Gusmão e de Konis Santana (o qual emitiu uma mensagem a propósito). A Indonésia mostrou-se muito melindrada por esta "interferência", que - associada a divergências de agenda, local e duração - chegou a pôr em risco o encontro.

INDONÉSIA NÃO CEDE

Apesar das duas horas e meia de duração do encontro não houve acordos, nem sequer aproximação de pontos de vista. Sendo as posições das partes tão afastadas em questões de princípio, houve antes de mais a reafirmação, para o registo, desses mesmos princípios (por parte dos timorenses, o direito à autodeterminação, como fundo político da questão). A discussão de outros temas mais concretos e imediatos, propostos pela Resistência, também não teve grandes avanços.

Foi o caso da redução da presença militar indonésia em Timor Leste. Alatas garantiu que o número de tropas se tem reduzido, comprovado, segundo ele, pelas visitas de adidos militares ocidentais a Timor. A Resistência confrontou essa análise com declarações recentes, no sentido inverso, do comandante militar do território e insistiu na necessidade de controlo independente, pela ONU.

Também não houve abertura da Indonésia quanto a questões de Direitos Humanos: a proposta de libertação de Xanana Gusmão e dos restantes presos políticos foi rejeitada e os esforços da Igreja na matéria (de que é exemplo a recém-criada Comissão de Direitos Humanos da diocese de Díli) asperamente criticados.

Outra proposta da delegação timorense, no sentido da presença permanente em Timor Leste de agências especializadas da ONU, foi considerada por Ali Alatas como uma "*intromissão em questões de soberania*".

A ausência de respostas por parte de Alatas é, em parte, explicada como uma tentativa de desvalorização da reunião:

neste número:

CONVERSAÇÕES DIRECTAS

POR TIMOR

INDONÉSIA: LIMPEZA PRÉ-APEC

tendo-lhe sido imposta contra vontade, seria inconcebível que a Indonésia viesse a aceitar qualquer proposta dela saída. Outra leitura possível é de que a margem de manobra de Alatas não é grande: entalado entre os militares e o presidente Shuarto, não terá muito espaço de decisão.

Mesmo assim, tudo leva a crer que um dos temas abordados em Nova Iorque poderá estar em vias de se tornar um dos mais quentes do *dossier*: justamente a polémica questão das secções de interesses.

AS "SECÇÕES DE INTERESSES" NA ORDEM DO DIA

Desde sempre e com maior intensidade nos últimes tempos, a Indonésia tem apostado na reactivação dos contactos com Portugal, como primeiro passo para a normalização das relações diplomáticas entre os dois países. As recentes ofensivas das Associações de Amizade Portugal/Indonésia e Indonésia/Portugal inserem-se nesse plano. Se não for possível abrir uma Embaixada, talvez outro tipo de representação diplomática possa servir. É sabido, por outro lado, que Boutros-Ghali também revela grande simpatia pela ideia de abertura mútua de secções de interesses.

O eventual estabelecimento de secções de interesses só poderá ser encarado no âmbito de concessões indonésias muito significativas e constitui um passo sem hipótese de retorno, devendo por isso ser cuidadosamente ponderados os prós e os contras.

As vantagens teóricas, inegáveis, de Portugal estar no terreno e poder ter um acesso directo e rápido a informações, pessoas e problemas, só serão reais dependendo das condições concretas dessa intervenção. Por outro lado, o risco das secções de interesses se poderem tornar na "porta do cavalo" para o restabelecimento de relações diplomáticas não pode ser menosprezado.

Principalmente na hipótese de alterações da política externa portuguesa.

POR TIMOR

Passam no dia 12 de Novembro três anos sobre o mais bem documentado massacre da história da presença indonésia em Timor: o massacre do cemitério de Santa Cruz em Díli.

Passada a explosão de iniciativas, o "*sabor quente de solidariedades reencontradas*", que se seguiu à difusão das imagens daquele sangrento acontecimento, a opinião pública portuguesa, em curiosa oposição ao que se observa noutras partes do mundo, parece ter esquecido o quanto, então, se indignou. Sinais de acomodação, de procura de justificativos para a aceitação da situação, têm, aos poucos, vindo a emergir na sociedade portuguesa.

Mas, como em tudo na vida, há sempre aqueles que remam - neste caso, nadam - contra a maré. É o caso do Clube de Natação de Grândola que, em colaboração com a Representação Conjunta da Resistência Timorense (CNRM+Fretilin+UDT, vulgarmente designada por Repcon) em Portugal vão promover naquela data uma curiosa e original iniciativa sob o lema "Nadar por Timor". Passemos a palavra aos organizadores.

"*Centenas de desportistas vão nadar 227 Km, na piscina municipal de Grândola, numa jornada de solidariedade com Timor Leste (...). Durante cerca de 8 horas, centenas de participantes de diversos clubes de todo o país vão nadar continuamente até que o somatório dos metros percorridos por cada um deles atinja os 227 Km. Esta distância corresponde simbolicamente a um percurso que liga vários pontos do território de Timor Leste onde se registaram alguns dos mais importantes actos da resistência maubere à ocupação indonésia. A esta jornada de solidariedade (...) já deram o seu apoio o Presidente da AR, Barbosa de Melo, o Bispo de Setúbal, D. Manuel Martins, e D. Duarte Pio de Bragança (...). Em simultâneo com a natação decorrerá um espectáculo, também na piscina municipal, com a participação de grupos culturais timorenses, de corais alentejanos e do cantor Carlos Quincas. Acções de informação sobre Timor Leste, o seu povo e a luta contra a ocupação indonésia serão também realizadas em Grândola, no próximo dia 12, entra as 10 e as 18 horas.*"

De destacar, igualmente, embora num outro âmbito, as iniciativas da secção portuguesa da Amnistia Internacional, entre as quais se inclui o convite a cem personalidades da vida cultural nacional para escreveram uma carta ao Presidente Suharto, cartas estas a serem enviadas ao ritmo de uma por dia.

Estas iniciativas enquadram-se numa grande campanha internacional da AI que se prolongará por seis meses e que teve o seu lançamento no dia 28 de Setembro, em Banguecoque. Na conferência de imprensa então organizada e a que presidiu o Secretário-geral da organização, foi apresentado o relatório sobre as violações dos direitos humanos na Indonésia e em Timor Leste intitulado "Poder e Impunidade", que também terá uma edição portuguesa.

Ao longo das suas 126 páginas a AI documenta pormenorizadamente 30 anos de prática sistemática de violações dos mais elementares direitos do homem, práticas estas que se têm prolongado até aos dias de hoje.

Contraria assim, de forma documentada, uma visão que muitos governos ocidentais tentam fazer passar às suas opiniões públicas, a saber, que a situação dos direitos humanos naquela país tem vindo a melhorar de um modo significativo, por acção expressa e deliberada do seu governo.

A Amnistia chama particularmente a atenção, à semelhança do que também fez outra organização de defesa dos direitos humanos, a *Human Rights Watch/Asia*, para a situação na Indonésia nestes últimos seis meses em que as autoridades se lançaram numa campanha, a que chamaram "Operação Limpeza", visando eliminar os elementos por elas julgados "indesejáveis", levando à prisão, tortura, julgamentos parciais, de dissidentes políticos, activistas do mundo do trabalho e de organizações não-governamentais. Acrescente-se, ainda, a este negro rol a prisão de prostitutas, vendedores ambulantes e as "*execuções sumárias de alegados criminosos*", tudo para tornar as ruas de Jacarta "apresentáveis" aos olhos dos visitantes.

Para o "bom êxito" desta operação, o governo fez deslocar para a capital mais de 15.000 soldados e polícias.

"LIMPEZA" PRÉ-APEC

Nas vésperas da reunião da APEC, o regime indonésio tenta quebrar o movimento pró-democracia no país.

Vai decorrer na Indonésia, entre 11 e 15 de Novembro, o encontro dos países membros da APEC (*Asia Pacific Economic Cooperation*).

Esta associação, que agrupa 17 Estados da baía do Pacífico - Austrália, Brunei, Canadá, China, Coreia do Sul, EUA, Filipinas, Formosa, Hong-Kong, Japão, Indonésia, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Singapura e Tailândia - representa 40% da população, e 50% do PIB, mundial. O Chile será o 18º membro a partir desta reunião.

Em cima da mesa para discussão vai estar uma proposta que prevê a liberalização total do comércio e do movimento de capitais na região até ao ano 2020.

Para o regime indonésio este forum representa um momento alto na sua campanha de afirmação de grande potência regional. Daí que as autoridades estejam empenhadas em mostrar - particularmente aos mais de 2.000 jornalistas que deverão cobrir os trabalhos - uma Indonésia, social e politicamente estável, madura, limpa.

"LIMPAR" AS RUAS ...

Milhares de soldados e de polícias foram deslocados para Jacarta e têm-se entregue à "limpeza" das ruas do centro da cidade, procurando afastar delas todos os considerados indesejáveis, desde prostitutas a vendedores ambulantes, de pedintes a ladrões. O uso da palavra "limpeza" não é um exercício de estilo pois organizações de defesa dos direitos humanos têm denunciado o regresso das execuções sumárias, à semelhança do que aconteceu em meados da década de oitenta, como método de dissuasão da criminalidade.

Mas para além desta "limpeza", outra está em marcha: trata-se de impedir a expressão, por parte do movimento pró-democracia, de qualquer sinal de insatisfação ou de questionamento do regime.

Dois terrenos têm sido o alvo privilegiado da repressão: o da liberdade sindical e o da liberdade de imprensa.

... E AS FÁBRICAS

A repressão sobre o movimento sindical independente indonésio agravou-se no seguimento das grandes manifestações de Abril em Medan.

O último acto desta onda foi a prisão do presidente do SBSI - Sindicato Indonésio para a Prosperidade dos Trabalhadores, a única organização sindical que escapa ao controlo do aparelho de Estado - um advogado de 41 anos, Mochtar Pakpahan. Esta prisão seguiu-se à de muitos outros dirigentes e activistas desta organização. Pakpahan encontra-se neste momento a ser julgado por incitamento à violação da ordem pública e arrisca-se a apanhar uma pena que pode ir até 6 anos.

Desde que se desencadeou o movimento por melhores condições de trabalho e de vida por parte dos assalariados urbanos que as atenções do mundo se voltaram para esta nova frente de luta pela democracia na Indonésia.

O *Australian Council of Trade Unions* escreveu ao MNE Australiano Gareth Evans manifestando a sua preocupação pelo julgamento a que está a ser submetido Mochtar Pakpahan e apelando ao governo de Camberra para suspender toda a ajuda a Jacarta enquanto os direitos dos trabalhadores não forem respeitados.

Também a CILS - Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, com sede em Bruxelas e filiados em 124 países, apelou aos seus membros para protestarem contra o julgamento.

RECUSAR O MEDO

A suspensão dos semanários *Editor*, *Tempo* e *DeTik* gerou uma onda de protestos, que não se restringiu aos meios jornalísticos. E se a repressão afastou os homens da imprensa e os seus apoiantes das ruas de Jacarta, não conseguiu afastá-los da luta por uma imprensa livre. Em 7 de Agosto, um grupo de cerca de 50 profissionais da informação criavam uma nova associação profissional, a AJI (*Aliansi Jurnalis Independen*, Aliança dos Jornalistas Independentes) com o objectivo de lutar pela liberdade de exercício da sua profissão. Na sua declaração de princípios, a AJI rejeita "*todas as formas de interferência, intimidação, censura e proibição nos meios de comunicação social os quais negam a liberdade de expressão e o livre acesso à informação.*" A AJI é reconhecida pela Federação Internacional de Jornalistas, baseada em Bruxelas.

Aos olhos do poder, a formação da AJI constituiu uma afronta. A repressão, em vez de intimidar, provocara uma reacção pela defesa de direitos consagrados universalmente, a que se associaram os organismos internacionais da classe.

Em carta enviada em 13 de Outubro ao Ministro da Informação indonésio, Harmoko, a *Reporters Sans Frontières*, uma associação internacional de jornalistas com sede em Paris, enumera alguns dos atentadas à liberdade de imprensa ocorridos na Indonésia nos últimos dois meses terminando por apelar ao Ministro para reconhecer a AJI como uma das organizações representativas dos jornalistas indonésios e não deixando que os seus associados sejam descriminados no exercício das suas actividades profissionais.

Em fins de Outubro, o diário *Jakarta Post* despediu o jornalista Andreas Harsono, filiado naquela associação, alegando que as suas reportagens eram "*parciais*". Em carta aberta divulgada no dia 26, Harsono afirma: "*o meu despedimento não me fará ter medo de tomar posição.*"

INDONÉSIA: "ASSUNTOS INTERNOS"

Um casal australiano visitou recentemente a Indonésia e Timor

Leste. Do relato que fizeram dessa sua viagem seleccionámos estes dois significativos parágrafos.

"Nos inícios de 1994 um estudante de Económicas da Universidade Católica de Kupang, a capital do Timor Ocidental indonésio, foi assassinado por um grupo de mais de 30 polícias. Depois de uma luta com um polícia à paisana foi levado para o hospital para tratamento mas foi arrancado da cama por um grupo de 10 polícias que o arrastaram para fora do hospital e, depois de o torturarem, o mataram. A habitualmente pacata população de Timor Ocidental saiu para a rua uma hora depois em violentos protestos que se prolongaram por três dias e três noites, as maiores manifestações de toda a história de Kupang. Estudantes levantaram barricadas nas estradas à caça de polícias e de militares para se vingarem.

A minha mulher e eu falámos mais tarde com um funcionário público timorense de Oécussi que, por coincidência, se deslocou na altura a Kupang. Disse-nos que ele e um grupo de colegas timorenses tinham sido parados numa barricada por estudantes que procuravam polícias para lhes baterem. Os seus uniformes de funcionários públicos tornaram-nos suspeitos aos olhos dos estudantes que lhes pediram a identificação. Quando o chefe dos estudantes viu que os viajantes eram timorenses de leste pediu-lhes desculpa e deixou-os passar dizendo-lhes que aquilo era um assunto interno dos 'indonésios'. Os estudantes sabiam obviamente que a 'Indonésia' e Timor Leste' eram países distintos, mesmo que os militares não tivessem ainda aceitado este facto."

CANADÁ: SEIS MESES POR TIMOR

O *East Timor Alert Network/Canada*, a associação de solidariedade

com a causa timorense, lançou em 24 de Outubro passado uma campanha de âmbito nacional de "*Six Months for East Timor*".

Na conferência de imprensa então realizada em Otava e em que participaram igualmente José Ramos-Horta, representante especial do CNRM e o Prof. Noam Chomsky, os promotores da campanha lembraram as palavras do Primeiro Ministro Chretien em 1991, quando era dirigente da oposição, em contraste com a sua política externa actual. Disse então Chretien: "*A comunidade internacional deve dar passos para salvaguardar os direitos do povo de Timor Leste. Os progressos alcançados em muitas partes do mundo no respeito pelos direitos humanos são o resultado directo das pressões das democracias ocidentais.*" Hoje, porém, na "*agenda da delegação canadiana* [à reunião da APEC] *está a promoção do lucro, não dos direitos humanos*", salientou David Webster da ETAN.

Entretanto, segundo o *Toronto Star* de 27 de Outubro, o governo canadiano estaria empenhado em ganhar apoios internacionais para uma sua proposta visando obrigar os regimes repressivos do 3º Mundo a reduzir as suas despesas militares "*excessivas*" (não é explicado o que o governo do Sr. Chretien entende por tal) se quisessem continuar a beneficiar da ajuda externa. Para aquele jornal, esta proposta teria sido recebida friamente por alguns dos mais próximos aliados de Otava, nomeadamente os EUA, a Grã-Bretanha e a França que, após a desintegração da URSS, se tornaram nos principais fornecedores de armas àqueles regimes.

Ainda segundo o *Toronto Star*, a aposta do Canadá seria a de constituir um grupo de pressão que incluísse, para além do Canadá, o Japão, os países escandinavos, a Austrália e a Nova Zelândia. A adesão do governo japonês é considerada como essencial para o sucesso da proposta, dado que o Japão substituiu os EUA como a principal fonte de financiamento da assistência ao desenvolvimento.

SUÉCIA: FIM À VENDA DE ARMAS?

A venda de armas à Indonésia voltou a ser questionada pela

imprensa sueca, através de um artigo publicado no *Aftonblatet*, o segundo maior vespertino do país, propriedade da central sindical e, por essa via, ligado ao partido social-democrata no poder. E o alvo do artigo é, precisamente, este partido.

Em 1992 os social-democratas apresentaram uma moção no Parlamento sueco, no rescaldo do massacre de Santa Cruz em 12 de Novembro de 1991, onde pediam que cessassem "*todas as exportações de material de guerra para a Indonésia*", incluindo o equipamento sobressalente.

Mas o partido que propôs a moção não a respeitou.

O jornalista começa por recordar que em Agosto deste ano, em plena campanha eleitoral para o Parlamento, o Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Pierre Schori tinha declarado perante as câmaras de TV, no programa "*Striptease*", que um governo social-democrata não permitiria novos fornecimentos de armas à Indonésia. Mas estava a "esquecer-se" de que em 1993 tinham sido, precisamente, os social-democratas quem - na Comissão Parlamentar para a Exportação de Material de Guerra - tinham permitido que vendas de equipamento militar, nomeadamente mísseis anti-submarino e acessórios para artilharia, se concretizassem.

Tendo sido denunciada publicamente tal actuação pelo *Swedish Peace and Arbitration Society*, os responsáveis políticos social-democratas tentaram justificar-se afirmando que se tratavam de compromissos antigos e que de futuro não seriam autorizados novos acordos de fornecimento de armas ao regime indonésio.

Como comentava o mesmo jornal dois dias depois em editorial, "*estamos à espera de uma declaração inequívoca do governo de que todos estes projectos* [de exportação de material militar] *devem acabar.*"

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3ª E, 1000 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317